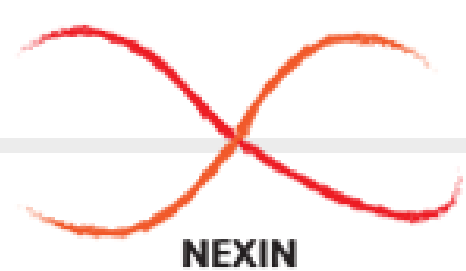


# Expressões da Pandemia

Vol. 10



## Realização Científica

O Boletim "Expressões da Pandemia" é uma atividade do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN/PUC-SP/CNPq), liderado pela Profa. Dra. Bader B. Sawaia, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM/UFAM/CNPq), liderado pelo Prof. Dr. Renan Albuquerque.

## Organizadores

Bader B. Sawaia  
Flávia R. Busarello  
Juliana Berezoschi  
Renan Albuquerque

## Editoração e Identidade Gráfica

Juliana Berezoschi

## Revisão Técnica

Renan Albuquerque

Os escritos são compilados por participantes, parceiros e apoiadores do NEXIN e do NEPAM.

## Dados do NEXIN

O Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) tem como líder a Profa. Dra. Bader B. Sawaia e atualmente está composto por discentes de mestrado, doutorado e pós-doutorado, bem como pesquisadores associados. O NEXIN é um espaço de reflexão e investigação psicossocial permanente, onde são desenvolvidos estudos sobre desigualdade social, com ênfase na servidão humana e na potência de ação emancipadora em diferentes contextos sociais e históricos brasileiros.

[www4.pucsp.br/nexin/](http://www4.pucsp.br/nexin/), [facebook.com/nucleonexin](https://facebook.com/nucleonexin), [instagram@nucleonexin](https://instagram@nucleonexin)

## Dados do NEPAM

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tem como líder o Prof. Dr. Renan Albuquerque e atualmente está composto por discentes de graduação, mestrado e doutorado, além de pesquisadores associados. O NEPAM estuda dinâmicas e interações de povos amazônicos em seus diferentes modos de vida no bioma.

[www.facebook.com/ufamnepam](https://www.facebook.com/ufamnepam)

## APRESENTAÇÃO

No nos da risa el amor cuando llega a lo más hondo de su viaje, a lo más alto de su vuelo: en lo más hondo, en lo más alto, nos arranca gemidos y quejidos, voces de dolor, aunque sea jubiloso dolor, lo que pensándolo bien nada tiene de raro, porque nacer es una alegría que duele. Pequeña muerte, llaman en Francia a la culminación de abrazo, que rompiéndonos nos junta y perdiéndonos nos encuentra y acabándonos nos empieza. Pequeña muerte, la llaman; pero grande, muy grande ha de ser, si matándonos nos nace (Galeano, 2005, p. 41).

Começamos a apresentação com uma epígrafe de Galeano, que fala do abraço como drama – ele nos rompe e nos junta, nos perde e nos encontra e nos acaba e nos nasce. É uma pequena morte, diz o autor latino-americano. Uma pequena morte porque nos transforma. É um renascer. O abraço é um encontro de dois corpos que, por um momento, se tornam um.

Eis uma atitude do brasileiro, algo do cotidiano, que por esse momento da pandemia está tão raro, tão temido e tão impossibilitado – o abraço. Gilberto Gil já desejava a "[...] todo o povo brasileiro, aquele abraço!" em sua canção. Quanto tempo faz, caro leitor, que você não tem esse tipo de encontro? Em nenhum momento pensamos que sentiríamos nostalgia do abraço. A pandemia produziu uma trama afetiva que foi se transformando com o decorrer dos meses e agora podemos observar a nostalgia se instaurando nos corpos, e entre elas a nostalgia do abraço – o encontro da corporeidade.

Marcamos as apresentações do boletim "Expressões da Pandemia" trazendo os afetos e a situação que vivenciamos nos últimos tempos. Porém, no décimo volume queremos falar do cotidiano. Esse também foi se transformando no decorrer dos meses da pandemia. Da quarentena para o isolamento e agora para o distanciamento social.

Falamos do direito ao isolamento e da comorbidade da desigualdade social que vem assolando historicamente o Brasil, agora juntamente com a covid-19. Mas e o cotidiano? O que significa viver a pandemia, ou melhor, o distanciamento social? O afastamento dos corpos, a maior dificuldade de construção de comuns e quiçá as afetações de empatia e cuidado são realidades que também impedem os abraços. Esses que são gestos tão característicos da amizade.

A covid-19, juntamente com o cenário que vivemos no Brasil, colocou no outro corpo a periculosidade. Ir trabalhar, ao mercado, ao metrô... se tornaram atividades nas quais o outro corpo é potencial ameaça ao sujeito. O filósofo Spinoza afirmava que os corpos são finitos. Segundo ele, "diz-se que um corpo é finito porque sempre concebemos um outro maior" (E I Def 2). E por essa finitude zelamos pelo nosso corpo. Mesmo com a tonalidade de uma segurança, como muitos estão sendo afetados, a pandemia mantém-se. E se o corpo humano foi afetado de uma maneira por um corpo externo a mente vai considerar esse como existente em ato, até que seja afetado de uma forma que exclua a sua existência (SPINOZA, E II, Prop. 17). Ou seja, mesmo com a falsa segurança que paira no ar, a pandemia está presente em nossos corpos memoriosos, conforme a singularidade de cada um, é claro.

O cotidiano se alterou e com ele as despedidas e saudações, o distanciamento social e o constante estado de vigília. Tudo dificulta o abraço. Esse comportamento é fruto da flutuação de ânimo entre esperança e medo, que produzem também segurança e insegurança, considerando que a segurança "é uma alegria surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, da qual foi afastada toda causa de dúvida" (SPINOZA, E III, Def. Dos Afetos). Como pensar no útil comum em um cenário que o abraço já provoca insegurança?

Tal questão nos convoca a refletir sobre nossas certezas, visto que se pensarmos a segurança conforme nos indica Spinoza, do que hoje em nosso país não temos dúvida? Estamos seguros de que teremos empregos, saúde e educação? Temos certeza de um futuro?

Assim como o abraço pode unir nossos corpos, se pensarmos à luz de Spinoza uma afetação maior e contrária pode potencializar nossas mentes para a ação em defesa do que seria útil à vida. Mas o que podemos considerar útil a nossas vidas nesse momento, já que mazelas da desigualdade social nos colocam também num grande distanciamento há séculos em nosso país? Estamos lidando com a distância entre os corpos da forma como podemos, apesar de grande parte dos estabelecimentos retomarem suas atividades comerciais. Enfim, a vida continua, é preciso trabalhar para sobreviver. Cada um deve cuidar de si e dos seus, mas excluindo o abraço como forma de cuidado.

E como estamos nos cuidando? A comunicação pelas redes sociais ou por videochamadas pode trazer amparo para a falta de abraço, mas nos separa da potência da união presencial, material, dos nossos corpos. A palavra que circula pelo meio virtual tem tanto o potencial para acolher o outro quanto para disseminar o ódio e a tristeza, contribuindo para o aumento de nossa força ou diminuição. Tal força nomeada por Spinoza de conatus pode sofrer essa variação (aumento ou diminuição de potência) nos levando a lutar por um comum ou a nos paralisar.

O "Boletim - Vol. 10" apresenta textos que trazem reflexões acerca dos possíveis abraços, dos acolhimentos mesmo que distantes, porém que são aproximados por palavras. A começar por Maria Elis, que nos abraça com palavras de saudades da terra, de sons da natureza, da vida em uma casa, do ir e vir que a pandemia impediu. Já no texto de Flávia, Juliana e Lívia as autoras apresentam um dilema conhecido na filosofia, do "Asno de Buridan", que, traduzido pelas autoras para a realidade brasileira, diz respeito à escolha entre morrer de fome ou de coronavírus. Qual seria a solução?

O texto de Ana Paula e Flávia, da Rede Psicologia e Povos da Terra de Santa Catarina, nos leva para a história e faz jus ao grande dilema apresentado no texto anterior, mas aqui as autoras mostram um diferente olhar para a vida, para os povos da terra, para a escuta dessas vozes e a força dessas mãos que, mesmo distantes umas das outras, agora se fortaleceram por meio do diálogo e da ampliação da palavra.



O Coletivo Subjetividades e Resistências da Costa Rica apresenta um panorama geral desse país, com suas dificuldades durante o momento pandêmico. Escancara as mazelas da desigualdade social e nos relembra: é preciso continuar na luta para termos um mundo mais justo e igualitário.

Isaiás, Fabrício e Renan trazem a realidade amazonense, a qual se distingue de outras regiões brasileiras quando se trata de ensino a distância. A distância, nesse Estado, não se trata somente do território, mas de um descaso no que se refere ao fomento à educação e às possíveis condições de concretizar esse tipo de ensino, o que faz com que o cuidado educacional seja ainda mais difícil.

Para finalizar o volume, Vanucci, professor da rede pública de ensino, nos abraça com seu poema em um lembrete: para voltarmos a nós por inteiros, para sentirmos nossos corpos. O abraço poderá ser bem apertado.

E são com os abraços possíveis através das palavras que apresentamos o "Expressões da Pandemia - Vol. 10". Que o distanciamento seja momentâneo e apenas dos corpos, mas que as afetações sejam potentes sempre!

Flávia Roberta Busarello  
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, realiza período sanduíche na Universidad de Salamanca/Espanha em tempos da pandemia, com financiamento da CAPES/PDSE/2019.  
Trabalha com pesquisa ação-participante e acredita em uma psicologia para a transformação social.

Juliana Berezoschi  
Graduada em Psicologia pela FURB (Blumenau/SC).  
Mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP.  
É integrante do grupo de pesquisa Nexin.

Saudades...

Saudades...  
Do coaxar do sapo  
Do vento na pele  
Da brisa caindo  
A noite chegando  
Da revoada dos pássaros

Agora, só pandemia!

Saudades...  
Da batata doce assada  
Dos gomos da laranja  
Do zumbido da abelha  
Do chá de hortelã  
Do sono na rede

Agora, só pandemia!

Saudades...  
Do estalar da fogueira  
Da pipoca branquinha  
Da água gelada do rio  
Da poeira no corpo  
Do céu estrelado

Agora, só pandemia!

Saudades...  
Do grilo cricrilando  
Do peixe na brasa  
Da roça de milho  
Das pimentas coloridas  
Do balanço no quintal

Agora, só pandemia!

Saudades...  
Do abraço de mãe.

Agora, só pandemia!

Saudades...

De correr da chuva  
De capinar a horta  
Da fartura do quintal  
Dos insetos esquisitos

Da roupa secando no varal

Agora, só pandemia!

Vontade de estar em casa.

Mas agora,  
Só pandemia!

Maria Elis Nunc-Nfôonro  
LAKLÂNÕ XOKLENG

Blumenau, 17 de agosto de 2020.



## Entre morrer de vírus ou de fome: o "Asno de Buridan" encontraria saídas nessa pandemia?

O que é pior: morrer de fome ou de coronavírus? A pergunta parece um absurdo, mas no Brasil ela é feita diariamente por aqueles que não podem fazer solamento em virtude de outro vírus que assola o país, a desigualdade social. Na nação brasileira, poder fazer a quarentena como prevenção é privilégio que poucos possuem, pois o home office é para quem tem home, internet e lugar para trabalhar. Como escolher entre a comida na mesa e a covid-19? Pensando sobre escolhas, o filósofo francês do século XIV Jean Buridan escreve sobre o "Asno de Buridan".

Na situação hipotética, o asno é posto à mesma distância de dois recipientes, um de comida e outro de água. Sem conseguir escolher entre um ou outro o asno morre da fome e da sede. O Brasil da pandemia também estaria vivendo um paradoxo entre comprar a comida e pagar as contas ou se contaminar? Um paradoxo que nos impede de lutar pela possibilidade de não precisar escolher?

O filósofo holandês Baruch Spinoza escreve em "Tratado Teológico Político" sobre o direito natural dos sujeitos, que é o poder de perseverar na existência, visto que todos somos modos da mesma substância, todos somos conatus, que é esta potência atual do corpo e da mente para agir. Assim, o direito natural é compreendido enquanto direito de permanecer na existência, de exercer a potência de vida intrínseca a todos os seres. Na atual conjuntura, onde um vírus assola mais de 130 mil vidas no país, restam poucas "escolhas" ao povo brasileiro, principalmente aos pobres, que necessitam trabalhar pela manhã para dar de comer aos seus no almoço.

Diante do dilema, resta a fajuta escolha: sair de casa ou fazer o isolamento? Permitir visitas ou ficar isolada/o? No caso do Brasil, parece que o uso de máscaras facilita tomar certas decisões. Entretanto, precisamos aqui discorrer brevemente a respeito do que o filósofo Spinoza concebe a respeito da "escolha".

Num primeiro momento afirma que o livre-arbítrio não existe, trata-se de uma ilusão, uma vez que nos julgamos livres apenas porque conhecemos nossas vontades, como nos auxilia Spinoza em "Apêndice", na Prop. 36, E I: "[...] em primeiro lugar, que, por estarem conscientes de suas volições e de seus apetites, os homens se creem livres, mas nem em sonho pensam nas causas que os dispõem a ter essas vontades e esses apetites, porque as ignoram".

Não nos aprofundaremos nessa questão, mas tendo como guia a ilusão do livre-arbítrio spinozana, consideramos que nem a vontade é livre e muito menos as formas de satisfazê-la. Não escolhemos ter sede ou fome, não escolhemos ser devastados por uma pandemia. E, entre morrer de vírus ou de fome, a ilusão da escolha assola os miseráveis descartáveis por um Estado que possui a necropolítica como meta. No esteio dessa rede de péssimas oportunidades para a manutenção da vida, o Brasil hoje vive um fetiche com as máscaras - nos mais diversos modelos e cores. Máscaras se tornaram mercadoria desse sistema que argumenta que é "somente uma gripezinha" e sendo atleta você está imune. Seria o fetiche das máscaras um paliativo ao difícil paradoxo da desigualdade social vivida pelos brasileiros? Será que o "Asno de Buridan" usando máscaras conseguiria escolher diante do paradigma morrer de fome ou de covid-19?

Spinoza explica "[...] que cada um escolherá, de dois bens, aquele que julga ser o maior, e de dois males, aquele que lhe parecer o menor" (TTP, Cap. XVI). Em um país onde a fome é um dos grandes males conhecidos e em média 15 pessoas morrem de desnutrição por dia, então o uso de máscaras auxilia o vírus a parecer menor. Mas a desigualdade social é histórica no país e muitos não podem fazer a escolha, somente acreditar na máscara. E entre duas opções, morrer de vírus ou de fome, padecemos na paralisação de ações políticas potentes e efetivas de enfrentamento premente para ter um prato de comida sobre a mesa ou um teto para guardar o corpo. E que isso não venha a ser mais um privilégio, mas direito elementar, direito de permanecer vivos e vivos, de prolongar a base da existência humana por meio de alimentação e moradia dignas.

Permanecer na existência faz parte do ato de resistir da nação brasileira. É um paradigma vivido historicamente nos mais diversos cenários, uma vez que o prazer do Estado parece ser a morte dos mais pobres. Seria o existir uma resistência no Brasil? A história do brasileiro, desde o seu nascimento, começa na tentativa de escapar da morte, para depois ter a contínua luta pela sobrevivência - escapamos da dengue, do sarampo, da fome, da falta de moradia, do desemprego - o brasileiro luta para existir.

Essa é uma luta reconhecida e já marcada por Luiz Gonzaga.

Quando olhei a terra ardendo  
Qual fogueira de São João  
Eu perguntei a Deus do céu, ai  
Por que tamanha judiação  
Eu perguntei a Deus do céu, ai  
Por que tamanha judiação  
Que braseiro, que fornaia  
Nem um pé de plantação  
Por falta d'água perdi meu gado  
Morreu de sede meu alazão

E nesse dilema pela vida, entre escolhas medíocres, é preferível deixar de escolher. Criando uma atmosfera propícia para a morte da democracia, a salvação é colocada nas mãos do tirano. Desacreditado de si mesmo, o povo deixa de lutar pela liberdade para lutar por quem pode salvá-lo. Nesse enredamento de afetos tristes, as superstições tomam a frente, movendo apenas corpos em busca de um suspiro de vida, assim como afirma o filósofo holandês: a pessoas lutam pela sua servidão acreditando que estão lutando pela sua salvação.

O povo sai da paralisação não por sua própria força autônoma, mas deposita essa força exclusivamente em um outro. Chauí, a partir de Spinoza, afirma: "[...] Se, por medo da guerra, os homens escolhem um rei, diz Espinosa, cometem grave engano, pois para vencer o perigo imediato escolhem nunca mais conhecer a paz, visto que a delegação de poder a um só prepara a tirania futura" (CHAUÍ, 2003, p. 293).



Diante do exposto, retomamos o nosso questionamento inicial: como solucionar o paradigma do Asno de Buridan? A nosso ver, a solução para esse dilema seria o que Spinoza chama de útil comum, pois uma vez que mais corpos se unem, a distribuição das tarefas se torna possível, prolongando os conatus de todos. Ou seja, se houvesse dois asnos no mesmo espaço, por exemplo, enquanto um buscasse água e outro buscasse comida, e depois compartilhassem entre eles, ambos viveriam. Um mataria a sede, enquanto o outro mataria a fome, e afinal os dois seriam satisfeitos. Ou seja, apenas no encontro com um ou mais corpos a saciedade seria providenciada e a vida prolongada. Somente o comum poderia solucionar o dilema do asno.

No caso do asno esse impasse seria resolvido na união com outros. Mas e para o paradigma brasileiro, qual seria a solução? Da mesma forma acima, a união de conatus que busca não só pela sobrevivência, mas pelo seu direito natural de existir, seria uma solução. Isso implica não somente na escolha entre morrer de fome ou pelo vírus, mas em viver dignamente. Significa que unindo esses corpos pelo útil comum o paradigma deixaria de existir, pois tanto comida quanto teto não seriam os principais problemas se tais necessidades básicas fossem supridas. Mas, como bem sabemos, o Estado brasileiro está demasiado longe de uma política que promova a união de corpos no útil comum, no intuito do prolongamento do direito natural com vistas à liberdade de todos e de cada um.

Na atual conjuntura, submetidos a um governo genocida, que minimiza efeitos catastróficos de uma doença que avança numa velocidade acelerada e não possui medidas eficazes para que o povo exerça o direito de quarentena, o que resta à população pobre é estar à mercê da luta pela fuga da morte, ao invés de uma escolha pela vida. Como nos mostra uma conversa com um eleitor de Bolsonaro, na qual ele faz a seguinte exclamação: "você acredita que teve gente que pegou o auxílio emergencial e fez um churrasco?". À sua indignação, a vontade é dar a resposta utilizando a fatídica frase do presidente quando interpelado a respeito das milhares de mortes pela covid-19 na época. "E daí?".

Essa reclamação a respeito de como o pobre deve ou não utilizar o seu dinheiro nos revela a crença na ausência de uma ontologia do necessário (CHAUÍ, 2006) nas pessoas que estão à margem de direitos elementares para a manutenção de suas vidas. Como se o sujeito imerso na desigualdade social não tivesse desejos, sutilezas psicológicas e outras maneiras de querer ser feliz para além de somente sobreviver. Reside nessa frase a ausência de singularidade e potência de vida. Entre morrer de vírus e de fome, há direitos negados, há churrascos, sambas, poesias, funks, carnavais e sexualidades. Como afirma Chauí (2003, p. 262), "Spinoza distingue entre uma cidade 'que tem o culto pela vida' e é instituída pela esperança, e uma outra que, submetida pelo medo, 'apenas procura escapar da morte'. A primeira é livre; a segunda, escrava". Submetidos ao medo do vírus e ao medo da fome, poucas "escolhas" encontram aqueles que veem seus direitos escorregando pelos ralos das cidades. E às suas vontades cabe o julgamento moral, cravado nos preconceitos mais funestos configurados na sociedade de classes capitalista.

Flávia Roberta Busarello

Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, realiza período sanduíche na Universidad de Salamanca/Espanha em tempos da pandemia, com financiamento da CAPES/PDSE/2019. Trabalha com pesquisa ação-participante e acredita em uma psicologia para a transformação social.

Juliana Berezoschi

Graduada em Psicologia pela FURB (Blumenau/SC).  
Mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP.  
É integrante do grupo de pesquisa Nexin.

Livia Maria Camilo dos Santos

Doutoranda no Programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil), com período sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal).

De vários locais desse Brasil,  
tentando unir o conatus, 8 de setembro de 2020.

## Povos da Terra: enfrentamentos a epidemias sócio-políticas brasileiras

O velho é o dono do tempo  
Não para nunca de andar  
E todo o peso do mundo  
Carrega em seu xaxará

A canção acima, de Paulo César Pinheiro, fala de Omolu (ou Xapanã, ou Sapatá, ou Obaluaiê), orixá da saúde e das pestes. Dizem os fundamentos da matriz africana que Omolu, aos doze anos, saiu de casa e, de cidade em cidade, procurava trabalho. Todos negaram ajuda, de modo que ele precisou pedir esmola até se refugiar na mata. Lá, contou com a generosidade da natureza, alimentando-se de frutas e raízes. Quando voltou para casa, descobriu que todos o estavam esperando: uma peste assolava a terra e um sábio disse que ele era o único capaz de curar a todos. Até quem negou alimento implorou por sua ajuda.

Não é de hoje que os povos da terra conhecem a força de uma epidemia. No Brasil, pelo menos desde a chegada dos primeiros europeus, além de doenças que dizimaram um grande número de indígenas eles trouxeram também racismo, genocídio e outras mazelas sociais mortíferas que contabilizam mortes há cinco séculos. São essas as epidemias sócio-políticas brasileiras.

No Brasil, a colonização não acabou: ela apenas se atualiza em diferentes formas de violência, uma delas muito conhecida - a desigualdade social e a não demarcação de terras, pois muitas comunidades indígenas ainda não tiveram seus territórios homologados e vivenciam diariamente a invasão de garimpeiros e madeireiros. Desde a chegada dos primeiros colonizadores até agora, cerca de 2 milhões e meio de vidas foram perdidas, sem falar nas etnias e cosmologias que deixaram de existir. O que leva à pergunta: como aqueles que estão em permanente luta por seu território podem fazer a quarentena?

Os Laklãnõ/Xokleng do município de José Boiteux, a 150 km da capital catarinense, estão há meses mantendo uma barreira sanitária nos acessos à Terra Indígena.



A decisão, tomada em função do número crescente de indígenas mortos por covid-19, foi criticada pela Câmara Municipal, que afirmou em sessão que os povos originários não respeitam leis. Um vereador chegou a propor uma intervenção no território - fato exposto na carta de repúdio da Juventude Laklãnõ/Xokleng, publicada em maio deste ano[1].

Além de populações indígenas, Santa Catarina abriga muitos terreiros de cosmologias afro-brasileiras. Uma parte significativa fica em regiões pobres e com acentuada população negra. Em Florianópolis, o relatório Territórios do Axé[2] realizou levantamento entre 210 terreiros, dos quais 158 realizavam trabalhos sociais, que vão desde atendimentos gratuitos a doações e prestações de serviços e oficinas. Neste momento, muitas destas casas estão atuando em suas comunidades, monitorando a demanda e o fornecimento de insumos e acompanhando casos, enquanto atividades rituais não acontecem - isso por decisão das lideranças das casas.

Em maio, foi emitida Carta em oposição à Portaria Estadual nº 254 de 2020 do governo do Estado catarinense, que autoriza o funcionamento de casas religiosas durante a pandemia. Na carta, assinada pelo Fórum das Religiões de Matriz Africana de Florianópolis e Região, Kwè Vodun Òtoòlu Hunde, além da Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra/SC, critica-se o modo como foi autorizado o funcionamento de casas religiosas, estabelecendo critérios com base em práticas exclusivamente cristãs e ignorando completamente a diversidade religiosa - ato racista, quando dirigido às cosmologias de matriz africana. Ou seja, a decisão preventiva de não realizar rituais nos terreiros é algo que parte das casas de matriz afro, contrariando a orientação do governo estadual, que autorizava a aglomeração para fins de culto - atendendo a demandas da bancada evangélica estadual.

[1] <https://www.facebook.com/juventudelaklanoxokleng/photos/a.128610798488212/249573816391909/?type=3&theater>

[2] <http://kadila.net.br/wp-content/uploads/2016/08/Terrio%CC%81rios-do-Axe%CC%81-NUER-2017.pdf>

Em Santa Catarina, componentes da Rede Psicologia e Povos da Terra estão assustadas(os): 81% dos municípios estão em fase agravada da pandemia[3], somando mais de 73 mil casos e 960 mortes. A pandemia já existe, oficialmente, desde março, quando os primeiros casos - de pessoas que vieram do exterior - foram confirmados. No entanto, embora países e Estados vizinhos tenham nos avisado, nos meses seguintes, sobre o que estava por vir, os municípios reagiram de maneiras diversas ao inevitável agravamento da situação. O que nos fez questionar e nos indignar, em muitos momentos, com ações políticas de desamparo perante a situação, somadas à desigualdade social e demais violências vividas pelos povos da terra no Estado.

Em grande parte das cidades catarinenses, somente no fim de julho intensificaram-se as medidas restritivas ao comércio, à circulação de pessoas e à prestação de serviços, sendo que algumas delas, neste momento, já estão caminhando para afrouxamento - mesmo com o aumento de casos e mortes diários. Qual é na verdade a pandemia que estamos vivendo? À custa de quais vidas as políticas de isolamento são afrouxadas? Quem, no Brasil desigual, não está tendo o direito ao isolamento?

2.704 mortes no Estado, até a atual data, e mais de 130 mil mortes no Brasil. Poderia ser um número bem maior, se não fosse a corajosa ação dos trabalhadores da saúde pública somada a ação de lideranças comunitárias e povos da terra. Esses que bravamente estão lutando contra as ações devastadoras da pandemia que, além da morte pelo vírus, está matando de fome aqueles que já viviam as comorbidades das violências sociais.

O não direito ao isolamento é mais uma das diversas violências vividas pela população brasileira, que já lida com a violência historicamente. Portanto, o coronavírus não impede que violências estruturadas pelo racismo histórico do Brasil permaneçam presentes como reformulações da colonização.

[3] <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/07/29/sobe-para-12-o-numero-de-regioes-de-sc-em-situacao-gravissima-por-cao-da-covid-19.ghtml>

Ao mesmo tempo que o número de mortes pela covid-19 aumenta diariamente no Estado, políticas racistas se intensificam, aproveitando que os olhos estão voltados para a pandemia. Ainda em Florianópolis, no pé do Morro do Mocotó, há 12 cruzeiros fincados. Elas não estão lá por causa da pandemia, e sim em memória aos 12 jovens entre 17 a 24 anos que morreram em ações da PM[4]. Ou seja, o vírus não é democrático e junto com as especificidades territoriais, racismos e desigualdade social, torna-se um grande inimigo para aqueles que já sofrem do mal das diversas epidemias sócio-políticas brasileiras.

"Se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados da ruptura ou da extinção do sentido da nossa vida, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda" (KRENAK, 2017)[5]. Um estudo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)[6] estima que, em maio de 2020, 118 mil vidas foram poupadas devido ao isolamento social. O que faz surgir outro questionamento feito pela Rede Psicologia e Povos da Terra: como agir em um cenário no qual o isolamento não é uma forma de cuidado acessível a todo/as? Nessa movimentação, a Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra de Santa Catarina procurou desenvolver ações possíveis, com o objetivo de ouvir e potencializar as vozes dos povos da terra, construindo de forma coletiva uma maneira de enfrentamento a essa situação vivida.

Notamos que as diversas formas de violência têm aumentado em função da pandemia - isso porque, sem desconsiderar que a covid-19 é um assunto a ser problematizado com máxima urgência, outros temas igualmente urgentes têm sido colocados à sombra do SARS-coV-2 para parecer menores ou inexistentes. Nas palavras de Mbembe (2020)[7],

[4] <https://catarinas.info/epidemia-de-execucoes-pm-catarinense-mata-85-a-mais-no-isolamento-social/?fbclid=IwARlMNxmMMjLE1lCuid7ZLjw4rDtDOHGv1TQx88p5QntdfIyThe6NuCCoApk>

[5] KRENAK, Ailton. O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, l. 27.

[6] <http://portal.ufrrj.br/pesquisa-do-ppger-ufrrj-sobre-isolamento-social-e-desta-que-na-midia/?fbclid=IwAR2tNXkS7j7kfAIKijN7WApf80wl9qAfnA7ZsBvZsxnnnMgVyrjN-qzfKkw>



O racismo, sabemos, funciona segundo a lógica da suspeita e da imputação - uma palavra aqui, um comentário ali, uma horrível e falsa acusação adiante, a vontade de sufocar o outro, de impedi-lo de falar em seu próprio nome, a incapacidade de ver em seu rosto o reflexo de nossa própria face, a desqualificação a priori de toda tentativa de se defender e, no fim das contas, a negação de sua humanidade. O racismo consiste também em fazer de toda tragédia que ele provoca um acidente, em inscrever constantemente a vida do sujeito racializado em uma série infinita de acidentes que não cessam de se repetir.

É com atenção voltada para os poderes colonizadores, que invisibilizam e tentam matar silenciosamente, que a Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra tem desenvolvido suas ações considerando que a pandemia da covid-19 é mais uma violência somada às diversas formas de epidemias sócio-políticas brasileiras vividas no Brasil.

A Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra em Santa Catarina é um espaço de encontros entre saberes e fazeres, originada a partir de uma articulação nacional iniciada em 2017 entre pesquisadoras/es e profissionais da psicologia social. Desta articulação mais ampla, partiu a proposta de montar uma rede em diálogo com territórios, lideranças e movimentos sociais, tendo em vista a necessidade de uma organização da psicologia em âmbito nacional e em relação a tais populações, de forma anti colonial ou descolonial. Com este mote, a Rede, que caracteriza a ramificação deste momento em SC, está em desenvolvimento por meio da adesão de psicólogas/os, representantes dos povos da terra e outras/os pesquisadoras/es interessadas/os em fortalecer relações - o que vem enfaticamente ocorrendo junto a populações indígenas e comunidades praticantes de cosmologias afro-brasileiras.

[7] MBEMBE, Achille. O racismo anti-negro funciona da mesma maneira que um vírus. Trad. Francisco Freitas. São Paulo: Editora N-1, 2020. Disponível em: <<https://n-ledicoes.org/093>>. Acesso: 29 jul. 2020.

Desde o início da pandemia, estamos em contato com os povos da terra, tendo realizado algumas ações importantes. Além da mencionada carta escrita em conjunto com povos de terreiro, foram promovidos três lives em conjunto com a Associação O Brasil É Minha Terra (Abrama), de Blumenau. Sempre colocando em diálogo mulheres indígenas em contexto urbano e representantes da Rede, as duas primeiras edições foram sobre os temas "ações sustentáveis" e "saúde e sustentabilidade". Uma terceira edição, em agosto, foi sobre a precarização da vida das mulheres, com ênfase na questão do trabalho. Outra conversa transmitida pelas redes sociais, sobre o tema "Racismo Institucional", aconteceu em julho, com representantes indígenas e quilombolas. Também em agosto ocorreu uma live, sobre mulheres e ancestralidade, com participantes de terreiro e indígenas.

Além de trazer a público violências vividas pelos povos da terra, estas conversas têm revelado resistências coletivas e também amplificado laços com representantes dos povos da terra de fora do Estado, resultando em experiências frutíferas e na possibilidade de tirar os óculos da colonialidade, para então olhar a pandemia através dos olhos de quilombolas, adeptos das cosmologias afro-brasileiras e indígenas.

Também convidamos os povos da terra a compartilhar experiências comunitárias em vídeo, a fim de ampliar e fortalecer a visibilidade das diferentes realidades. Onde a violência silencia, a Rede cria e potencializa para não ser mais silenciado.

Para além dessas ações, mantemos constante diálogo com outras entidades representativas destes segmentos - a exemplo de Abrama, Fórum das Religiões de Matriz Africana de Florianópolis e Região e Comitê Catarinense de Prevenção À Tortura, entre outros. Essas conexões, para além de possibilitar atualização constante sobre como coletivos e entidades estão agindo e se posicionando em tempos de pandemia, também desloca olhares e soma forças, ações e vozes diante da situação de desamparo por parte do Estado.

Entre demonstrações de apoio, divulgação de boletins, cartas e notícias e reuniões com estes coletivos outros, temos conseguido mover a Rede em busca de uma articulação ampla, fortalecendo uma psicologia anticolonial/descolonial, e principalmente as lutas dos povos da terra. Nossas atuações se pautam a partir da perspectiva dos Direitos Humanos, na busca pela garantia dos direitos fundamentais desses povos e seus direitos de existirem na pluralidade de modos de ser e estar, resistindo perante violências que se estabelecem, muitas vezes pautadas pelo Estado.

Contudo, nossas ações só se fazem efetivas porque temos o apoio dos povos da terra, que têm nos ensinado outras formas de olhar para as vidas que se vão, para aqueles que ficam e para o que a pandemia e as violências amplificadas por ela têm a ensinar. Em tempos de vírus, uma das formas de saúde e enfrentamento está na união das vozes e da escuta, potencializando falas e, principalmente, ressaltando que é com o velho que temos que caminhar para com ele aprender, tal como na canção de Paulo César:

A volta do mundo é grande  
pra quem nem bem começou  
a gente faz o caminho  
que o velho já caminhou

Ana Paula Evaristo Russi  
Educadora. Mestre em Educação pela Universidade  
Federal de Santa Catarina. Integrante da Rede de Articulação  
Psicologia e Povos da Terra /SC. Praticante-pesquisadora-  
militante das cosmologias afro-brasileiras.

Flávia Roberta Busarello  
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, realizou período  
sanduíche na Universidad de Salamanca/Espanha em tempos de  
pandemia, com financiamento da CAPES/PDSE/2019. É Nexiana, faz  
parte da Rede Psicologia e Povos da Terra/SC e trabalha com  
pesquisa ação-participante. Acredita em uma psicologia para a  
transformação social.

Santa Catarina, 04 de setembro de 2020.



# La Costa Rica de las desigualdades: un breve estado de situación en tiempos de pandemia

## 1. Presentación

Según el Banco Mundial (2016), Costa Rica ocupa el lugar número nueve en la lista de los países más desiguales del mundo, lo que se pone de manifiesto con el aumento de la pobreza, que se elevó al 21,1% de los hogares (Encuesta de Hogares, 2019).

A la desigualdad de estos datos se adiciona el de las condiciones laborales que afronta el país, donde según el INEC (2019) el 46% de la fuerza laboral trabaja en empleos informales, el 10% de la misma no tiene empleo y el 25% de las personas no gana el salario mínimo. Esto, por supuesto, ha empeorado durante la pandemia del covid-19.

En 6 marzo del 2020 nuestro país reportó el primer caso de covid-19, se trataba de una turista norteamericana. Cinco meses después, el país reporta 26.129 personas contagiadas y 272 personas fallecidas (Ministerio de Salud de Costa Rica, 13 de agosto del 2020). Ubicamos a nuestros lectores: según el INEC (2019) nuestro país tiene una población aproximada de 5.022.000 personas, con una moderada densidad de población de 98 habitantes por Km<sup>2</sup>.

La pandemia del covid-19 que azota al mundo en la actualidad, y que ha causado centenares de miles de fallecimientos y millones de personas contagiadas, en una contabilidad inacabada, aparece en un contexto de profundas desigualdades y desajustes estructurales, en un orden sistémico que según Francois Houtart trae bienestar a solamente la quinta parte de los habitantes del planeta (Houtart, 2006).

La pandemia, sin duda, ha agravado tensiones y exacerbado contradicciones y tendencias ya existentes, sin tener aún un desenlace cierto. El optimismo ingenuo con que algunos reaccionaron inicialmente a la emergencia probó ser fútil, la crisis no sería “peregrina y pasajera”. Es más bien una especie de prueba de resistencia.

En este breve estado de situación queremos enfocar las manifestaciones de esta desigualdad exacerbada a partir de la pandemia, particularmente en tres anudamientos: 1. el aprovechamiento de la crisis social sanitaria para desmantelar el Estado Social de Derecho, 2. Las condiciones de explotación laboral que parten del sin salida de “morir de hambre o morir de covid”, 3. Las manifestaciones de racismo y xenofobia que se identifican en la crisis y 4. Las cuarterías “invisibles”, como expresión de expulsión y miseria. Las cuarterías son lugares habitados por gran número de personas, en su mayor parte personas trabajadores vulnerabilizadas,, en condiciones de hacinamiento.

## 2. El desmantelamiento del Estado Social de Derecho

Estos tiempos pandémicos, marcados por la confusión, desesperanza, temor y atención focalizada en un virus (que nos tomó desprevenidos), han abierto el espacio para intensificar los continuos ataques del neoliberalismo contra el Estado social de derecho, cuyo propósito es debilitar a las universidades públicas, el sistema de salud público y los derechos laborales, impulsando espacios para que ciertos sectores políticos costarricenses y fracciones legislativas, sigan con sus propuestas de recortes y privatización de las instituciones públicas.

En Costa Rica, estos permanentes ataques no son resultado de la pandemia. En el 2019, se destacaron las luchas por la defensa del estado social de derecho. Ese año la educación pública y la autonomía universitaria fueron víctimas de este plan estratégico de debilitamiento de las instituciones públicas, que se mantiene hasta el día de hoy a través del mensaje del recorte del gasto público para evitar el supuesto naufragio de la economía, banalizando el impacto de las instituciones públicas de la educación, la salud, los derechos laborales, en la sociedad costarricense, todo esto reforzado por un discurso propagandístico contra la institucionalidad pública, con campañas de desprestigio que calan en la mente de sectores de la ciudadanía, reduciendo su criticidad.

En el caso de las instituciones universitarias de educación pública, en octubre del 2018, se rechaza la reducción del Fondo Especial para la Educación Superior Pública (FEES), en el cual la Asamblea Legislativa pretendía disminuir en el presupuesto ordinario de la República para el año 2019, (Sesión Ordinaria No. 3095, Artículo 9, del 31 de octubre de 2018). En el 2020, esta misma asamblea argumenta que el presupuesto universitario debe bajar y que no es negociable. Son Argumentos pandémicos, que afirman que el coronavirus complicó la situación económica y que debe ser resuelta disminuyendo el gasto público. Los sectores neoliberales quieren aprovechar la coyuntura de la pandemia, en la que hasta ahora hay menor posibilidad de movilización para impulsar con fuerza sus intereses.

En respuesta a estos argumentos pandémicos, es importante visibilizar las acciones pandémicas. Hoy, tenemos dos grandes noticias que compartir desde Costa Rica, provenientes de instituciones, baluartes de lo público, que están trabajando de la mano para brindar alternativas esperanzadoras de un tratamiento que ayude a minimizar los efectos del covid-19. La Caja Costarricense del Seguro Social y el Instituto Clodomiro Picado de la Universidad de Costa Rica, han anunciado el desarrollo de un tratamiento capaz de inhibir la efectividad del coronavirus. Una esperanza gestada en lo público, pensando en la población. Por último, no dejemos de lado la historia; también aliada en la defensa del Estado social de Derecho, que nos sirve de recordatorio y plataforma para visibilizar el camino recorrido, los aciertos y desaciertos y poner sobre la mesa el problema las causas reales de este aumento de la brecha social y la inequidad en Costa Rica durante las últimas décadas:

En 1941, por Ley N° 17 de 1° de ese año, Calderón Guardia crea la Caja Costarricense del Seguro Social, hoy la institución pública más poderosa del país, mediante un sistema tripartido de financiación por el Estado, el patrono y el trabajador, que se puso en marcha dos años después, mediante una ley orgánica adecuada (N° 17 del 22 de octubre de 1943).

El 7 de marzo de 1941, con base en la Ley N° 36 de 26 de agosto de 1940, se abre la Universidad de Costa Rica, remota heredera de la Universidad Santo Tomás, que había permanecido clausurada desde el 3º de agosto de 1888. El 2 de junio de 1942 se reforma la Constitución de 1871, para incorporar a ella, por primera vez en nuestra historia, las garantías sociales, consistentes básicamente en derechos mínimos del trabajador la madre y la infancia (Ortiz, 1976).

### 3. Des-emplearse en la pandemia

Otro importante tema que la pandemia ha agudizado, es el desempleo, ya que, como ha indicado la OIT, sólo en el segundo trimestre de este año, en el mundo se puede identificar una pérdida de 10,3% de las horas de labor, equivalentes aproximadamente a la reducción de 31 millones de empleos a tiempo completo.

En Costa Rica, conforme avanza el confinamiento, crece la tasa de desempleo sumiendo a miles de familias en condiciones de vulnerabilidad, según datos arrojados por la Encuesta Continua de Empleo (ECE) del segundo trimestre de 2020: “la tasa neta de participación laboral nacional (población en la fuerza de trabajo entre población en edad de trabajar) disminuyó 5,4 puntos porcentuales, es decir, un 57,6 %” (INEC, 2020). Con ello, se ha profundizado la pobreza, la desigualdad y las violencias.

A manera de ejemplo, actualmente los cantones josefinos[1] de Pavas y La Uruca, constituyen unas de las zonas con mayores contagios por Covid-19, y a la vez, según el Instituto de Investigaciones en Ciencias Económicas (IICE) de la Universidad de Costa Rica, en esos mismo territorios las familias en condición de pobreza y pobreza extrema, corresponden a 26.95% y 45.55% del total de las familias (INEC, 2020). Muchas de estas familias dependen de los empleos informales, los cuales han sufrido una disminución de capacidad de empleabilidad, alrededor de 179 mil personas con respecto al 2019.



Frente a la emergencia y la presión de diversos sectores sociales, el estado costarricense creó lo que conocemos como "Bono Proteger", una ayuda económica temporal de 3 meses, dirigido a familias que enfrentan reducción de la jornada laboral o bien, una pérdida total del empleo. En el primer caso el monto mensual destinado es de \$150, mientras en el segundo caso es de \$250, a inicios de julio, se habían entregado 533 501 bonos (MTSS, 2020). No obstante, este bono no solventa todas las necesidades básicas ni ha sido accesible para todas las familias, también, se les ha negado a personas solicitantes de refugio y en algunas ocasiones se les rechazó a personas migrantes. La pandemia lleva cinco meses en nuestro país desde que se detectó el primer caso, ¿quién resuelve los meses y las necesidades que no cubre el bono, cuando todos los días aumenta el desempleo y la tripa se escurre entre la incertidumbre, el hambre y el miedo?

Mientras tanto, muchas grandes corporaciones siguen evadiendo impuestos apelando a sus cero ganancias anuales y mantienen su morosidad por miles de millones de colones a la Caja Costarricense del Seguro Social. Todo ese dinero que sigue sin recaudarse para fondos públicos, podría ser utilizado para dar soporte a las familias, pero el gobierno ha preferido endeudarse una vez más con el Fondo Monetario Internacional (FMI), acelerando la privatización de importantes instituciones o instancias públicas.

Cómo ya hemos señalado, la pandemia también se ha convertido en una buena excusa para que los grupos poderosos que instruyen al gobierno, aprovechen para violentar otros derechos laborales, y mientras las familias en el desempleo buscan como emplearse para sobrevivir, en la Asamblea Legislativa (con mayoría de partidos liberales y fundamentalistas), se discute el proyecto de Ley 21.182 que busca aumentar las jornadas laborales a 12 horas diarias y así disminuir los días laborados, al menos fuera de casa. Esto representa un retroceso de 100 años en cuanto a los derechos laborales defendidos por la clase trabajadora, tras largas luchas y resistencias, por mejorar y dignificar el trabajo.

#### 4. Racismo y Xenofobia

“¿Todo esto no indica claramente la necesidad urgente de una reorganización de la economía global que ya no estará a merced de los mecanismos del mercado?” Slavoj Žižek (2020).

En Costa Rica no es nuevo el tema de la explotación laboral vinculada a la actividad de producción agrícola en grandes empresas exportadoras, sobre todo, las piñeras y las bananeras. Para comprender, al menos someramente, este fenómeno es necesario tener en cuenta la ausencia de fuentes de empleo en las regiones en que se da estas actividades agrícolas, las amenazas de pérdida de empleo ante la posibilidad de organización -sindical o de otro tipo-, y una “naturalización” y “aceptación” en las condiciones en las cuales se producen los monocultivos. (Llaguno, Mora, Gutiérrez, Barrios, y Mora, 2014).

La crisis sanitaria generada por el covid-19 ha dejado en evidencia, una vez más, la exacerbada violencia ejercida contra población trabajadora de grandes plantaciones y monocultivos, la cuales carga con múltiples condiciones de vulnerabilidad. Entre estos grupos de personas se encuentran las personas nicaragüenses, tanto en condición migratoria regular como irregular. Parte de esta población se desplaza a Costa Rica en períodos de cosecha y luego regresan a su país, donde hay pocas posibilidades de empleo. Por ello, realizan el trabajo con bajos salarios y se ven expuestas a la racialización y criminalización por parte de personas costarricenses (Sandoval-García, 2004), que aducen que vienen a quitar el empleo y a “colapsar las instituciones estatales”.

Encontramos un panorama de desigualdad, vulneración social y explotación laboral para muchas poblaciones, en especial, para la población de personas migrantes nicaragüenses. Esta violencia se ha visto exacerbada en el tiempo de la pandemia ya que se pone en riesgo de contagio tras las ya pésimas condiciones en las plantaciones.



Como ejemplo de lo anterior, a partir del cierre de fronteras ante la alerta por la pandemia, mes de mayo, se descubrieron camiones que traían a 69 personas nicaragüenses, 49 de ellas en condición migratoria irregular, en condiciones de hacinamiento, inhumanas e insalubres (GÓMEZ, 2020). Estas personas fueron ingresadas al país sin atender las normas de cuidado para evitar los contagios con la única finalidad de que trabajaran en las plantaciones. No importaba a las empresas ni a sus dueños, la salud de ninguna persona que pudiera ver comprometido su bienestar y el de sus familias por el contagio del mencionado virus.

Sumado a lo anterior, y a la propagación del contagio en plantaciones de monocultivos al norte del país, se realizaron intervenciones de la Caja Costarricense de Seguro Social (CCSS), en que se destacaron a 7 empresas que no cumplían con disposiciones laborales como, por ejemplo, el pago de salario mínimo, pago de vacaciones, pago de aguinaldo, cuotas de seguridad social o póliza de riesgos laborales (Cordero, 2020). Incluso, se encontró a una joven mujer embarazada positiva al virus, en condición casi de esclavitud, encerrada por un empresario agrícola en un establo para animales junto con 13 personas más, para evitar ser descubiertos ya que trabajaban sin ningún derecho laboral, incluso por 12 horas al día (Montero, 2020).

Resulta interesante que el Ministerio de Salud ha brindado los reportes diarios sobre personas contagiadas diariamente, e indicando la nacionalidad de las personas con covid-19 en el país. La cobertura de los medios sobre la situación de personas migrantes en plantaciones agrícolas, así como datos gubernamentales, han generado en sectores de costarricenses discursos de odio y xenofobia donde se aduce que los focos de contagio provienen de la población nicaragüense migrante.

Por todo lo anterior, en el contexto del covid-19 se han expuesto formas de explotación laboral contra poblaciones migrantes, que además sufren xenofobia por el manejo de datos de los medios de comunicación masiva y del mismo gobierno nacional.

Esta estigmatización, sumada a las condiciones político-económicas de Nicaragua, da pie a condiciones laborales de abuso, que además se remontan a un discurso etnocéntrico costarricense, tal como lo expone Sandoval-García (2004): “las bases materiales y simbólicas de una nación, que se considera a sí misma “única”, han experimentado un debilitamiento y este declive origina ansiedades especialmente entre los sectores más desfavorecidos, las cuales tienden a ser proyectadas en la comunidad nicaragüense” (Sandoval-García, 2004, p. 154).

##### 5. Las cuarterías “invisibles”

El 4 de julio del 2020 el país registró la muerte por covid-19 de una persona joven nicaragüense, habitante de una “cuartería”. El joven llegó al hospital en shock, fue trasladado cuando ya no pudo más y como lo escribe con dolor Aurelia Dobles: “Porque si hay algo que me ha dejado traspasada en estos días es ese joven muchacho nicaragüense que se quedó encerrado allí en una de ellas, hasta morirse de coronavirus, pero ya antes había muerto de miedo, ya antes había muerto de segregación, ya antes había muerto de marginación, ya antes había muerto de señalamiento, ya antes había muerto de soledad, ya antes había muerto de indiferencia” (Dobles, 2020).

Las cuarterías están conformadas por un conjunto de cuartos o habitaciones en estructuras e inmuebles con niveles de deterioro significativo, cuyos habitantes, deben compartir los baños, cocina y cualquier área común: Cada habitación en promedio de 9 metros cuadrados que aloja un hogar particular, la cual mediante un pasillo comparte la ducha y el servicio sanitario con otras habitaciones, la mayoría de las veces se cocina dentro de ella entonces no se refiere al conjunto de ellas, es por eso que se les denomina como cuartos en cuartería (Acuña, 2020). A partir de ese momento, muchas personas expresaron su asombro por la existencia de estos espacios y las condiciones de riesgo salud en las que habitan las personas. Un asombro algo maniqueo. De un día para otro, las cuarterías eran cercadas, identificadas como cluster de riesgo para cualquier transeúnte de las calles de la ciudad de San José.

Sus habitantes, ya de por sí hacinados, fueron encerrados. Allí estaba el contagio, allí donde vivían las personas pobres, las personas migrantes, las personas drogadictas, los abyectados de esta sociedad.

Como una extraña ironía, para muchas personas la pandemia volvía visible lo invisible de un fenómeno de miseria y desigualdad que tiene más de 30 años de existir. Según el censo (2011) existían en el país más de 5.000 cuarterías, en las que habitaban aproximadamente 11.000 personas.

Una década después -ninguna casualidad en medio de la arremetida de las políticas neoliberales-, el fenómeno de las cuarterías se duplica y se estima que sólo en la ciudad de San José existen 400 cuarterías, que alojan a más de 15.000 personas (Mora, 2020). Se calcula que las personas pagan entre \$2 a \$10 dólares al día, por estas modalidades de pobreza y expulsión:

Son completamente oscuras, poco ventiladas, algunas completos laberintos con puertas y puertas donde, en cada una, podrían haber dos o tres núcleos familiares. Las más difíciles son como un salón, lleno de colchones de espumas o de colchonetas, en donde la gente hace fila en las noches para ingresar y paga mil o dos mil colones con el único derecho de permanecer en esa espuma durante de la noche. Generalmente comparten uno o dos baños para 60, 70 u 80 personas y comparten una pequeña cocina a las que el Cuerpo de Bomberos tiene muchísimos años advirtiendo del peligro. Al ser salones comunes no hay certeza del riesgo que afrontan las personas vulnerables que habitan ahí (Marcelo Solano, Director de la Policía Municipal de San José entrevistado por Mora, 2020).

La otra cara de la pobreza, la miseria y la exclusión, es la explotación y el lucro. La investigación de un medio de comunicación costarricense reveló, que los dueños de los edificios en cuartería ganaban más \$4.000 al mes por opciones de alquiler que precarizan la existencia.

No hay nada que pueda regular estas lógicas de miseria. Están desprovistas de legislación y normativa. Ocurren frente a nuestros ojos, como una suerte de naturalización del despojo y la deshumanización. Quién iba a pensar, que una pandemia, se encargaría de destapar lo que estaba oculto.

El crecimiento de este fenómeno está asociado a la configuración de una ciudad excluyente y desigual, que segrega y construye lugares de expulsión: De esta forma se ha erigido un imaginario de una ciudad sumida en el caos y la desolación, “raptada” por aquellas personas que no son el objetivo del proyecto de ciudad: personas vendedoras ambulantes, en situación de calle, trabajadoras sexuales, migrantes, pobres (Jiménez, 2020).

Y es que esta construcción simbólica no es inocente, está justificada en el recurso ideológico de la estigmatización como vía de recuperación. Parece ser entonces que si la ciudad está “raptada” ¿se vuelve justo recuperarla?

Grandes desarrollos inmobiliarios emergen en la ciudad de San José y con ella intereses de capital que van conformando “un paisaje urbano, caro, exclusivo y excluyente para la mayoría de la población” (Delgadillo, 2016 citado por Jiménez, 2020). Nos preguntamos ¿Para quién es la ciudad?

## 6. A manera de cierre

Después de este recorrido panorámico por distintas manifestaciones de desigualdad que operan en este contexto, aquí, en la “suiza centroamericana”, en “el país más feliz del mundo” (como lo proclama una publicidad caza-turistas interesada), no podemos evitar preguntarnos: ¿Saldremos “siendo mejores” de esta tensa coyuntura? ¿Saldremos- siquiera- de la misma? No tenemos certezas, pero hasta acá, si contabilizamos angustias y preocupaciones por la agudización de las contradicciones existentes.

En el mundo entero, y también en Costa Rica, se pusieron en fuerte tensión algunas situaciones:



¿Qué pasará con lo público, con la salud pública, que ha sido objeto de fuertes ataques en los últimos años de parte de sectores neoliberales y privatizadores? ¿Se podrá enfrentar lo que a todas luces parece ser un aprovechamiento de la crisis por parte de sectores hegemónicos que lejos de aturdirse por las dificultades de los trabajadorxs no dudan en acelerar la marcha de sus propuesta privatizadoras?

Ya se ha dicho que los sectores neoliberales no se ven aturridos por las desigualdades, porque la lógica neoliberal es la lógica de lo ilimitado, de la desmesura; los neoliberales no buscan equilibrios, no les concierne, y de demandar sus intereses, no dudan en ejercer medidas que a fin de cuentas podríamos llamar necropolíticas. Si alguien pensó que la crisis generalizada disminuiría el egoísmo, y propiciaría la bondad, la inclusión y el cuidado de todas y todos, tendría que estar hoy muy desilusionada. Pero así es el “orden” social que vivimos. En la fragmentación, en la dispersión, en la angustia y el aturdimiento, hay que buscar maneras para seguirse encontrando en la lucha por un mundo más justo.

#### 7. Referencias Bibliográficas

Acuña, P. (2020, 29 de julio). Para una mejor aproximación de las cuarterías. Frente Amplio. <https://www.frenteamplio.org/para-una-mejor-aproximacion-al-fenomeno-de-las-cuarterias/>

Cordero, M. (2020, 17 de junio). Piñera Exportaciones Norteñas fue clausurada por 21 casos positivos de COVID-19. Semanario Universidad. <https://semanariouniversidad.com/>

Dobles, A. (2020, 7 de julio). Facebook: <https://www.facebook.com/aurelia.dobles>

Gómez, T. (2020, 6 de mayo). Policía intercepta camiones que transportaban nicaragüenses de forma irregular en Zona Norte. El Observador. <https://observador.cr/>

Houtart, F. (2006) Los movimientos sociales y la construcción de un nuevo sujeto histórico. En Borón, A., Amadeo, J., González, S. La Teoría Marxista hoy. Problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 435-444.

Instituto Nacional de Estadística y Censos. (2020). Encuesta continua de empleo al segundo trimestre 2020, 2 (9). San José: Costa Rica.

Instituto Nacional de Estadística y Censos. (2019). Encuesta Nacional de Hogares. San José: INEC.

Instituto Nacional de Estadística y Censos. (2011). Censo Nacional de Población. San José: INEC.

Jiménez, A. (2020, 4 de agosto). Más allá de las cuarterías, una San José exclusiva y excluyente. Una reflexión sobre las condiciones de regeneración y repoblamiento de la capital costarricense. UCR noticias. <https://www.ucr.ac.cr/noticias/2020/08/04/voz-experta-mas-alla-de-las-cuarterias-una-san-jose-exclusiva-y-excluyente.html>

Llaguno, J.; Mora, S.; Gutiérrez, A. L.; Barrios, P. y Mora, F. (2014). Políticas y conflictos socio ambientales: el caso de la tenencia de la tierra y los monocultivos en el caribe de Costa Rica (2006-2012). *Revista de Ciencias Sociales*, 145, 81-98.

Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. (2020). Tercer Informe Mensual de Seguimiento a la Ejecución del Bono Proteger. San José: Costa Rica.

Montero, R. (2020, 22 de junio). Muchacha que debía permanecer en cuarentena estaba oculta con 13 personas más en corral de finca en Pococí. *La Nación*. <https://www.nacion.com/>

Mora, A (2020, 7 de julio). El COVID nos está reflejando realidades que siempre han estado allí. *Delfino.cr*. <https://delfino.cr/2020/07/primero-zona-norte-ahora-las-cuarterias-el-covid-19-nos-esta-reflejando-las-condiciones-sociales-que-han-estado-ahi-siempre-y-no-hemos-querido-ver> Ortiz, E. (1976). Costa Rica: Estado Social de Derecho. *Revista de Ciencias Jurídicas*, 29, 51.

Sandoval-García, C. (2004). El “otro” nicaragüense en el imaginario colectivo costarricense. Algunos retos analíticos y políticos. *Nómadas (Col)*, 20, 152-159.

Teletica Canal 7 (2020, 7 de julio). Dueños de cuartería ganan hasta 2 millones de colones. *Noticierocostarica.com*. <https://noticierocostarica.com/duenos-de-cuarterias-ganan-hasta-2-millones-de-colones-al-mes/>

Žižek, S. (2020). El coronavirus es un golpe al capitalismo a lo Kill Bill...En Agamben, Giorgio, et al. *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO, 21-28.

María Andrea Araya Carvajal  
Helga Arroyo Araya  
Ignacio Dobles Oropeza  
Dylana Rodríguez Muñoz  
Patricia Velásquez Prada  
Colectivo Subjetividades y Resistencias,  
San José, Costa Rica, 13 de agosto del 2020.



## Reflexões sobre o ensino a distância no epicentro da pandemia na Amazônia

O Estado do Amazonas é particular em singularidades. Abriga povos em sua originalidade que integram ambientes com riqueza de saberes e fazeres, bem como heranças cosmológicas, hierarquias clânicas e consaguinidades. Povos que, através das suas práticas culturais, conservam diversidades socioeconômicas relevantes, constituintes do espaço amazônico e sua histórica formação de classes. Outrossim, essas singularidades refletem as dificuldades enfrentadas pelas populações do bioma.

No panorama, entra em cena as mudanças significativas que o SARS-coV-2 provocou na vida e em diversos segmentos do cotidiano de povos do Amazonas, Estado que se tornou o epicentro da pandemia no bioma mesmo apresentando medidas de contenção do espalhamento viral. Todos os países do mundo, igualmente, tomaram medidas de distanciamento e fechamento de estabelecimentos não essenciais, do mesmo modo como divisas e fronteiras, todavia apresentaram sistemas de saúde colapsados e, hoje, aos poucos tentam se recuperar. Em muitos contextos, instituições escolares da rede pública e privada foram afetadas direta e indiretamente pela pandemia, uma vez que encerraram atividades, perderam receita e descontinuaram eventos escolares.

Entretanto, algumas correntes educacionais optaram por idealizar preceitos e métodos de ensino a fim de que educandos não tivessem tantas perdas em um ano escolar com cenário atípico. Falamos desse cenário anômalo e logo nos reportamos de novo ao Amazonas, onde até meados de setembro houve enorme número de casos (mais de 135 mil) e vítimas (mais de 4 mil). Ante esse cenário incerto, estão alunos e professores, além de gestores, que dia após dia se perguntam: até que ponto será possível, a partir de agora, lecionar sem a utilização de ferramentas tecnológicas? É uma questão que precisa ser discutida, principalmente no pós-pandemia.

Categoria a priori no debate é o acesso à internet e às novas tecnologias de informação e comunicação que, temos percebido, retiram o professor da sua zona de conforto, ou seja, da sala de aula, colocando-o na posição de mediador tecnológico. Desta feita, existe outro aspecto pertinente de reflexão que gira em torno de jovens, adolescentes e adultos. Trata-se do aspecto da falta de acesso gratuito à tecnologia da rede mundial. De tal modo, entendemos que a passagem da educação tradicional realizada em espaço físico, compartilhado por alunos, professores e gestores, para um ensino a distância, deve ser avaliada a partir de suas covariâncias. Uma passagem, que em nosso particular amazonense, aplica-se em modo de reflexão e crítica. O Amazonas possui contexto distinto e necessita de um olhar mais denso, detalhado e preciso. Ainda mais se tratando de exterioridades educacionais, dada a população de caboclos, rurais, indígenas, ribeirinhos e quilombolas que se espraiam pela região e necessitam de um modo educacional diferenciado. Apesar de conviverem em diversos cenários, esses povos precisam ter um bem em comum no complexo pandêmico em que vivemos: o acesso à educação gratuita e de qualidade.

Para se dispor uma educação universal precisa-se alcançar e praticar a acessibilidade, fator proeminente que articula a respeito da possibilidade de ampla aquisição, em uma real aproximação do objeto, garantindo este a todos que carecem. Assim, fomentar a acessibilidade a escolares do Amazonas também é promover a prática da equidade, uma prática que fomenta a acessibilidade, na proporção de que a primeira não apenas dá acesso ao cidadão sob seus direitos, mas gera um fator de oportunidade nivelado.

Seria possível, no processo educativo, construir novas identidades, abrir questionamentos e entrelaçar novas relações. Pode-se ponderar que estudar a distância, via tecnologias digitais, não deve fomentar apenas o acréscimo de horas de leitura durante o isolamento domiciliar, com motivação única de passar de ano. Antes disso, educandos precisam refletir sobre o processo e entender que tecnologias podem fazer deles novos sujeitos, com modernos olhares e perspectivas.

Tomando o suposto, salientamos que ao longo dos anos o ensino vem sofrendo várias mudanças de foco. O ator central era o professor, depois passou a ser o aluno, em seguida os métodos de ensino e, por último, o processo de aprendizagem. Hoje, é preciso observar o contexto político e socioeconômico em que alunado e docentes estão inseridos, uma vez que entender objetivos educativos específicos, contexto socioeconômico e carências da comunidade (no caso, comunidades do interior do AM) significa criar uma ponte para a construção da cidadania nessa nova era. E ainda. Tecnologias contribuirão agora, mais que nunca, para a reinvenção do processo de ensino e aprendizagem, seja por aplicativos, sites, podcasts, vídeos ou áudios, entre demais. Suportes tecnológicos precisam fazer parte do novo contexto educacional, e nós, docentes, necessitamos explorá-los de forma a contribuir para as aulas. Nessa miragem, avalia-se a nova busca por conhecimentos e amplia-se a prática educativa aberta.

Em nosso ambiente amazônico, vale dizer, comunidades ribeirinhas, quilombolas, rurais, interioranas e indígenas apresentam dificuldades na migração para o método de ensino centralizado por mediação tecnológica. Mas não por falta de potencial. Longe disso. Trata-se de uma situação de infraestrutura e logística. Em tempos de pandemia, onde não é possível ter aglomerações, criticamos que nossas comunidades, em geral, sofrem drasticamente de forma elevada ante demais municípios do Sul e Sudeste do país, que dispõem de acesso em maior número a ferramentas digitais.

Na intenção de diminuir a fragilidade do abismo educacional, governos da Amazônia, incluindo-se o Amazonas, buscam alternativas. Uma delas centra-se na divulgação de aulas via sistema de rádio, internet e aparelhos televisivos. O ensino sempre foi muito desafiador, mesmo antes de todo o cenário causado pelo SARS-coV-2. E os desafios da mediação tecnológica direcionam perspectivas de reflexão, dado que desde a implementação, por meados dos anos de 2007, fatores sociais concorriam para indagarmos se esta era uma ferramenta eficaz.



Uma das dificuldades elencadas outrora se referia a ambientes de comunidades longínquas, sem acesso a mídias de compartilhamento e nem estrutura para o ensino democrático. Pensando o aspecto sociocultural, a formação de professores no Amazonas, após o início da readaptação e considerando a pandemia, ainda hoje não deve apenas ser mero processo de reconformação de práticas sociais existentes. É um processo dinâmico, em constante transformação, segundo necessidades individuais e coletivas. Com base no suposto, a aprendizagem deve estender-se à conjuntura do alunado, estabelecendo relações com escola e comunidade, além de sua cidadania e seus direitos.

Não se pode ponderar sobre a prática educativa sem relacioná-la com acontecimentos históricos sociais, sem desenvolver considerações cotidianas em que aluno e educador se inserem. O espaço escolar se distingue por heterogeneidade cultural e pluralismo de ideias, e, de tal modo, é pertinente que profissionais da educação, enquanto intermediários, trabalhem para que mídias tecnológicas constituam-se em aliadas na aprendizagem. A escola, enquanto ambiente de analogias sociais, deve acompanhar modificações históricas, permanecendo a educação em franca modernização.

É necessário criar ações voltadas para a aprendizagem que se aproximem o máximo da realidade vivenciada por esses atores (aluno e professor), visando a consciência crítica para uma mudança da estrutura social em que se inserem. Para além de oportunizar ao aluno a experiência de ter aulas a distância, as mídias, nesse contexto, devem ser capazes de visualizar pessoas como participantes ativas da sua própria aprendizagem, partindo de uma perspectiva cognitiva global.

Na metodologia ativa, o professor é um facilitador, orientador que produz autonomia para que seu aluno desenvolva pesquisas, reflita e decida por si mesmo o que fazer para alcançar objetivos estabelecidos. A docência revolucionária visará a formação da autonomia intelectual e cidadã, constituindo-se a educação como ato político.



O processo de construção do saber, do aprender fazendo, do pensamento reflexivo e da criatividade, só será possível se atores assim o assimilarem, acreditando no seu potencial pedagógico como vetor de transformação da realidade. Desta feita, o ensino em tempos de pandemia escancarou realidades relacionadas a dimensões distintas da educação básica. O processo educativo sempre foi desafiador, sim, o sabemos, principalmente na medida em que se precisa reinventar constantemente. Mas o cotidiano educacional em territórios da Amazônia brasileira exige exterioridades ainda mais difíceis, porque se relacionam a uma específica práxis entremeada a modos de vida locais.

No seio das populações amazônidas, a educação em tempos de pandemia necessitou ser reinventada, tanto na prática docente quanto na aprendizagem. O SARS-coV-2 escancarou realidades obscuras, mazelas sociais, abismos entre classes e precariedades do sistema educacional. E hoje, para se pensar e refletir a Amazônia brasileira, é pertinente observar valores de povos originários e tradicionais, invisibilizados e destratados pelo Estado e por fatores do mercado. Passam-se anos e décadas e cenários de degradação, não apenas no bioma, mas nas relações entre ensino e sociedade, não sofrem qualquer alteração relevante no sentido de uma educação igualitária, próspera. É mister que a mudança não se restrinja apenas a leis e papeis rascunhados, esquecidos, empoeirados. Estamos à mercê de mazelas didáticas vindouras e o fortalecimento de cada centro educacional, acadêmico e científico pode ser um polo de resistência e liberdade.

Isaiás dos Santos  
É mestre em Ciências da Educação pelo Saint Alcuin  
of York Anglican College e professor

Fabrizio Vasconcelos  
Graduado em Turismo e Letras Língua Francesa.  
É professor e tradutor

Renan Albuquerque  
É professor da Universidade Federal do  
Amazonas

Parintins-Manaus/AM, 15 de setembro de 2020.

TUDO QUE TU FAZES EM MIM.

Segunda-feira  
Noite  
Vinte horas  
Notícias  
Fecharemos.  
Quadro branco

De repente tudo fica silencioso.  
Não saltamos sonhos para o futuro.  
Soltamos das mãos.  
Soltamos um do outro.  
Sentindo-se Dinossauros.

Quando chego em Casa.  
Os olhos  
Abertos  
Feito mar.  
Feito Baía.

Além - mar.  
Vocês longe  
Sentam em trigos.  
Olhos Enchem  
O Rio Tormes.

Você de todos os lugares.  
Sem marca no braço direito.  
Você voar pelas bocas.  
Suspirar em nossos ouvidos  
Está nos esgotos.  
Assombra.  
Sufoca.  
Tira o ar.

E no Cerrado ausente  
Pesam cem mil  
sem vozes  
com os pés no chão.

Quando chegar na última estação  
do trem, do ano  
do pão nosso  
quero ser  
bicho solto  
cantar feito pássaro, correr  
feito ema  
que fugiu do cativoiro  
Cantar carnaval

Cantar para Aruanda.

Mas ainda temos sua sombra translúcida  
A vigiar-nos.

Debruçando seu corpo sobre nós Quente feito medo.

Vanucci Bernard Deucher  
Historiador. "Rabisco e rascunho coisas que  
revoltam-me e gostaria de gritar da janela".

Jaraguá do Sul, SC, 30 de agosto de 2020.

